



ProEmprego – Qualificar os recursos humanos

Piedade Lalanda

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Sra. e Srs. membros do Governo

No passado dia 9 de Janeiro do corrente ano, foi publicamente apresentado o Proemprego, programa operacional do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores, que representa um investimento de cerca de 190 milhões de euros, inserido no âmbito dos fundos disponíveis no Quadro de Referência Estratégica (QRESA) que irá vigorar até 2013, de um total de 1,5 milhões de euros.

Ainda neste plenário, a oposição falou de ciclos, que a vida é feita de renovação. Esqueceu-se foi que a mudança, não se faz apenas porque se mudam apenas os protagonistas, mas porque se é capaz de avaliar o percurso realizado, as linhas de força e as fragilidades manifestas e, a partir desse diagnóstico, se prospectiva as estratégias mais adequadas para a concretização dos objectivos a que se propõe.

A mudança não se faz pela diferença, como afirmou o líder da bancada do PSD, mas antes pela capacidade de reflexão e avaliação de resultados, pela construção de novos objectivos concretos, e a redefinição de estratégias adequadas à sua concretização.

O período que decorre de 2007 – 2013 será um novo ciclo no desenvolvimento dos Açores, não só porque está em curso um novo quadro de apoios financeiros, mas porque, como refere o próprio instrumento, estamos perante um Quadro de Referência Estratégica.

Importa referir que as verbas disponibilizadas ao nível deste IV Quadro Comunitário apenas foram aprovadas favoravelmente para os Açores, porque a Região soube definir os objectivos que pretende atingir e foi-lhe reconhecido o devido mérito pela forma positiva como, entre 2000 e 2006, soube investir os fundos disponibilizados, particularmente ao nível do Fundo Social Europeu.

Em matéria de desenvolvimento social, não são as eleições que definem os ciclos, é a concretização de metas que o determina. Entre 2000 e 2006, a Região Açores soube orientar o investimento, nomeadamente, para a melhoria das condições de vida das populações, a criação de infra-estruturas necessárias à formação inicial dos jovens e a estabilização de um novo sector económico estratégico, o Turismo, uma aposta ganha, com potencialidades para crescer e consolidar-se como fonte de riqueza.

2007-2013 irá definir uma nova etapa ou se quisermos um novo ciclo e o Proemprego é um instrumento estratégico para a concretização da política de emprego nesse período. Se hoje a sociedade civil, as organizações empresariais, as escolas profissionais e, de um modo geral, o tecido económico e a administração pública reconhecem o caminho já realizado em matéria de educação e formação, em muito se deve a uma profunda reflexão e planeamento das acções e intervenções de promoção e enquadramento do investimento nos recursos humanos. Reflexão que se iniciou em 2003, com um estudo prospectivo, onde participaram diferentes individualidades da sociedade civil, das universidades, das empresas e da administração regional.

Para se poder planear é necessário conhecer, e nesse sentido o Proemprego parte de um quadro de "oportunidades" e "ameaças" e identifica "pontos fortes" e "pontos fracos", como aspectos estruturantes do desenvolvimento da Região.

Em jeito de síntese, o Proemprego define como principal estratégia o investimento na qualificação dos recursos humanos e considera como orientações a privilegiar, o alargamento da oferta formativa, a generalização da

inovação tecnológica e o apoio ao empreendedorismo, em particular dos jovens.

Apesar dos indicadores favoráveis, nomeadamente a baixa taxa de desemprego, o aumento da taxa de actividade feminina; o crescimento exponencial da oferta em formação profissional inicial e a cobertura integral dos jovens com menos de 15 anos ao nível da escolaridade obrigatória, o Programa reconhece que os resultados obtidos não são suficientes.

O futuro exige mais.

Mas, ninguém pode pensar em mais para os Açores se não tiver alicerces fortes, se não tiver feito o percurso inicial necessário. Pensar a melhoria das condições de trabalho no futuro implica considerar o presente de forma consolidada, se não o desejo de mais é um mero sonho irrealista.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Sra. e Srs. membros do Governo

Uma análise crítica às características sociais dos recursos humanos da Região permite identificar, por um lado, as suas fragilidades e, por outro, fazer emergir as linhas de força a partir das quais se pode evoluir.

No que diz respeito aos aspectos a debelar, refira-se:

- O facto de subsistir uma baixa escolaridade dos activos (70% dos trabalhadores não tem mais do que o 9ºano e apenas 5% possui o grau de licenciatura), apesar da evolução registada.
- Em termos da escolarização, e ultrapassada a fasquia do 3.ºciclo, um terço da população estudantil prolonga os seus estudos ao nível do ensino superior e, dos restantes, metade escolhe o ensino profissional.

Há por isso um potencial de cerca de um terço dos alunos que se limita à escolaridade obrigatória e que importa qualificar.

- No que concerne à taxa de actividade feminina, e apesar da rápida evolução registada nos últimos anos, passando de 28,7% em 2000 para 34,9% em 2006, o certo é que ainda estamos longe das médias nacionais e europeias que rondam os 60%.
- A fraca mobilidade profissional e a tendência dos activos em querer permanecer no mesmo posto de trabalho a vida inteira, ou seja cerca de 35 anos, sem investir na sua qualificação. Não sendo um aspecto específico da Região, esta característica agrava-se com a descontinuidade do território insular e surge associada à sobrevalorização da categoria dos trabalhadores por conta de outrem, em detrimento dos trabalhadores por conta própria, sinal do ainda incipiente espírito empreendedor e da fraca iniciativa na criação do próprio emprego.
- Finalmente um último aspecto prende-se com a terciarização progressiva da economia açoriana, sector onde se situava 61,7% dos activos em 2006. A esta progressiva criação de empregos no sector terciário, apenas se registou um ligeiro reforço sector secundário (25,9% em 2006 contra 25,4% em 2005), mantendo-se a tendência de decréscimo do sector primário (que passa de 16,4% em 2000 para 12,4% em 2006).

Tendo em conta estes aspectos, que podemos classificar de “fragilidades”, mas que na realidade representam pontos de referência num planeamento que se quer eficaz e adequado às necessidades, o Proemprego potencia os pontos fortes que a Região também manifesta. Refira-se por exemplo:

- A manutenção de uma baixa taxa de desemprego (3,9% no 3.º trimestre de 2007), contrária à tendência nacional e até internacional (7,9% em

Portugal , 6,8% na Região Autónoma da Madeira (2007) e 7,8% na zona Euro em 2006);

- A percentagem significativa de população em idade activa, ou seja, entre os 15 e os 64 anos (68,3%), contribuindo para uma sustentabilidade social em termos da relação dos activos com os idosos.
- A crescente entrada de estudantes no ensino profissional, que abrangia quase 6000 jovens no ano lectivo de 2004/05 contra os 400 que a Região registava em 1996.
- A escolarização total da população em idade da escolaridade obrigatória, integrada em equipamentos, progressivamente renovados, que podem contribuir para uma melhor qualidade do ensino aí ministrado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Sras. e Srs. Deputados

Sra. e Srs. membros do Governo

Estruturado segundo três grandes objectivos, a concretização do Proemprego irá permitir:

- 1.º) Modernizar o tecido produtivo e fomentar o emprego qualificado.
- 2º) Adequar a resposta científica e tecnológica ao tecido empresarial.
- 3º) Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis.

Não se trata por isso de um conjunto avulso de iniciativas mas de um plano estratégico que, devidamente executado, poderá contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento social e económico da Região, apostando nas potencialidades das ilhas, na sua autonomia energética, com ênfase para as energias alternativas; investindo nas novas tecnologias; apoiando o empreendedorismo, fomentando o crescimento do emprego nas ilhas mais pequenas e abrindo as portas à qualificação e empregabilidade de grupos sociais mais vulneráveis.

São três as áreas de acolhimento de projectos:

- Incremento do investimento no ensino profissional como formação inicial de jovens e reforço da formação e qualificação de activos, domínio que importa melhorar, apesar dos avanços já registados uma vez que em 1997/98 apenas 1,8% dos açorianos activos possuía um curso técnico-profissional e em 2005 essa percentagem atingia os 13%; pretende-se que passe para os 25% em 2010.
- Uma segunda área enquadra os projectos que visem o apoio à investigação com vista à inovação e o incremento das novas tecnologias, fomentando a consultadoria e a realização de projectos de doutoramento no âmbito da modernização das empresas.
- Finalmente, numa terceira área surge uma nova linha de investimento que visa a execução de projectos que visem criar oportunidades inclusivas para públicos vulneráveis, nomeadamente com baixos níveis de escolaridade e formação tradicional, por via do emprego. Apostando no combate à iliteracia e investindo na dupla certificação (académica e profissional), pretende-se melhorar as competências dos candidatos a emprego.

Refira-se a propósito que as candidaturas ao Proemprego irão processar-se por via digital, permitindo uma maior eficácia no tratamento das candidaturas, acompanhamento e avaliação da execução dos projectos que vierem a ser aprovados.

A título de estratégia transversal, o Programa salvaguarda a importância que uma política de emprego deve ter ao nível da adequação da oferta à procura, nomeadamente quando se programam cursos de formação profissional que devem responder às necessidades do tecido empresarial. A oferta formativa não pode por em causa os níveis de desemprego existentes na Região e por esse facto, o Programa aponta algumas orientações estratégicas como:

- O investimento nas novas tecnologias, nomeadamente como forma de combate à fragmentação territorial e ao isolamento.
- A igualdade de oportunidades e de género, na melhoria da cultura democrática e investimento nas competências;
- E, finalmente, reconhece-se a necessidade de incentivar e apoiar o empreendedorismo inovador, particularmente protagonizado pelos jovens, assente na investigação.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. membros do Governo

Os tempos que correm são diferentes no que concerne à relação com o trabalho/emprego.

O desenvolvimento da Região carece de um tecido empresarial inovador, capaz de iniciativas que tenham em conta as oportunidades de investimento; exige recursos humanos qualificados que dêem resposta a esses desafios; implica a mobilidade dos trabalhadores; carece de maior justiça e democraticidade, no que diz respeito à igualdade de oportunidades, à paridade de género, à valorização do mérito e à melhoria da qualidade dos recursos humanos, critérios que devem ser estruturantes das organizações laborais, para que se possa perspectivar um desenvolvimento social assente na justiça, em paralelo com o crescimento económico, ou seja, com a criação de riqueza.

Este é um patamar da modernização para o qual os activos e os empresários nem sempre estão disponíveis, porque se recusam a investir nas novas tecnologias, resistem à mobilidade e à qualificação dos recursos humanos, arriscam pouco ao nível do empreendedorismo e desejam, por vezes, uma segurança financeira sem riscos.



2007-2013, é tempo de novos desafios que apostem no potencial humano e económico que as nossas ilhas oferecem, de Santa Maria ao Corvo, fixando jovens em empresas inovadoras que façam das novas tecnologias a melhor estratégia de combate ao isolamento e à inércia e estructurem novos pólos de desenvolvimento.

Não basta desejar, é preciso planear; e planear implica conhecer a realidade. Mas só conhece a realidade quem trabalha soluções, avalia resultados e pondera quais as linhas de força a potenciar e as fragilidades a combater.

O Proemprego é um bom exemplo do que deve ser feito em política, sobretudo quando se tem por meta o investimento nas pessoas e a construção de meios para as ajudar a serem, diria mesmo, mais felizes.